

Dos “trinta gloriosos” ao projeto de desenvolvimento sustentável: a emergência da introdução de espécies nativas no mercado – o caso do *Butiá*

Valéria Dorneles Fernandes*

1. Perspectivas históricas da noção de desenvolvimento

A noção de *desenvolvimento* pode ser cronologicamente organizada em dois grandes momentos: o primeiro inicia no pós-guerra e vai até aproximadamente o início da década de 1980, a chamada Era do Ouro ou ainda “os trinta anos gloriosos”, e o segundo período seria posterior a esta década.

O primeiro período, qual se convencionou chamar de *desenvolvimentismo*, abarca entre os estudiosos do tema alguns pontos de divergências sobre suas características e origens, no entanto também abarca algumas considerações que lhe são comuns. O período desenvolvimentista está intimamente relacionado a ideias de modernidade, projetos civilizatórios e de progresso, objetivos de atingir o crescimento econômico e/ou o crescimento do produto *per capita*. Importante lembrar que no pós-guerra o mundo está geopoliticamente polarizado entre o modelo capitalista de um lado e um modelo socialista de outro lado, dentro desta mesma polarização ainda é possível visualizar o mundo sistematizado em países do Primeiro Mundo (capitalismo avançado), Segundo Mundo (socialistas) e Terceiro Mundo (subdesenvolvidos). A ideia central a qual estava ligado o desenvolvimentismo era a de promover o avanço econômico, fosse manter o dos países desenvolvidos ou acelerar o do Terceiro Mundo. Dentre alguns pensadores deste período é possível dar destaque a obra de Rostow. No livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um Manifesto Não-comunista* (ROSTOW, 1960), Rostow formula uma receita de desenvolvimento, explicitando as etapas que um país passa para chegar com sucesso ao desenvolvimento e como os países não desenvolvidos deveriam proceder para crescerem economicamente. Não menos importante que Rostow, é fundamental destacar a obra de Keynes¹, cujas idéias

* Graduada em História (UNISINOS) e Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS).

¹ John Maynard Keynes, principal livro: *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936).

deram origem ao chamado *keynesianismo*. De acordo com o keynesianismo, para que houvesse desenvolvimento seria necessária a eliminação da pobreza, principalmente através do emprego. O Estado deveria dar garantias de salário, saúde, etc. para o trabalhador para que houvesse este desenvolvimento. O keynesianismo contrapunha-se às ideias liberais, defendia a intervenção do Estado na economia, visto que a Grande Depressão havia demonstrado a incapacidade do livre mercado irrestrito (HOBBSAWM, 1995). Como as políticas keynesianistas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, bem como dar ao Estado o direito e dever de promover benefícios sociais, o keynesianismo também é conhecido como “Estado de Bem-Estar Social”.

No Brasil o desenvolvimentismo está fortemente associado às teorias da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e aos períodos de governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK), porém há de ressaltar que mesmo com a mudança política promovida pelos militares em 1964, estes ainda mantiveram a implementação de políticas desenvolvimentistas (FONSECA, 2004). Para caracterizar o desenvolvimentismo no Brasil, dentre suas distintas acepções e nuances, é possível identificar um *núcleo duro* que se caracteriza pela “(...) defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo”, este último entendido desde uma retórica ufanista até propostas mais radicais de rompimento com o capital estrangeiro (FONSECA, 2004:2).

A industrialização no Brasil não ocorreu somente devido às políticas desenvolvimentistas promovidas por Vargas e, sobretudo Juscelino, visto que este processo de modernização e industrialização já teria iniciado em finais do século XIX, principalmente promovido pelo liberal² Barão de Mauá (COSTA, 1999). No período desenvolvimentista alguns países periféricos, de base agrária, irão iniciar ou intensificar uma industrialização, porém não serão todos, na América Latina será o Brasil, o México e a Argentina, esta última em menor proporção. Embora a industrialização brasileira já datasse antes do período desenvolvimentista, será muito influenciada pelas ideias cepalinas pró-industrialização, tendo como ideia central a de que a industrialização é a

² Neste período o liberalismo brasileiro não se referia ao que representava o *liberalismo* na Europa. Considera-se que no Brasil as ideias liberais sofreram uma adaptação.

forma de superar a pobreza e reverter a distância cada vez maior entre a periferia e o centro. Conforme Prebisch (1949):

En otros tiempos, antes de la gran depresión, los países de América Latina crecieron impulsados desde afuera por el crecimiento persistente de las exportaciones (...). Ya no se presenta la alternativa entre seguir creciendo vigorosamente de ese modo, o bien crecer hacia adentro, mediante la industrialización. Esta última ha pasado a ser el modo principal de crecer. (PREBISCH, 1949:3)

Conforme Hobsbawm (1995) a Era do Ouro foi dourada somente para os países capitalistas desenvolvidos, visto que a riqueza produzida nas décadas douradas nunca sequer foi vista pela grande maioria da população do mundo.

No que tange ao segundo período, não é possível assinalar uma data específica visto que há a necessidade de uma reflexão mais profunda, no entanto é possível considerar a conjugação de diversos fatores que levam ao esgotamento do modelo até então vigente.

Se o período do desenvolvimentismo foi, conforme Navarro (2001:83), a “(...) possibilidade do desenvolvimento”, este próximo período poderá ser considerado o da *promessa não cumprida* ou, ainda, citando Navarro (2001:85), o da “(...) impossibilidade do desenvolvimento”. A partir da década de 80 é mister citar alguns acontecimentos que caracterizam este segundo período. As políticas neoliberais, propostas, sobretudo por Margaret Thatcher (UK) e Ronald Reagan (EUA), que se opõem ao modelo keynesiano, e a crise do petróleo são acontecimentos que podem ser considerados fatores que alteraram substancialmente o quadro da economia internacional. Paralelamente a estes acontecimentos a população do Terceiro Mundo aumentou significativamente – “(...) o número de africanos, leste-asiáticos e sul-asiáticos mais do que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda” (WORLD RESOURCES, 1986 *apud* HOBBSAWM, 1995:00). Em 1960 diversos países latino-americanos aderiram à *Revolução Verde*, fundamentada em princípios da produtividade através do chamado *pacote ecológico*³, porém anos após sua aplicação diversos problemas referentes ao aumento da desigualdade social, principalmente a fome, e também da sustentabilidade agrícola a longo prazo, econômico

³ Uso intensivo de insumos químicos, de variedades alto rendimento melhoradas geneticamente, uso da irrigação e da mecanização.

e ecologicamente, começam a ser observados (ALMEIDA, 2009). A partir da década de 70, ambientalistas e pesquisadores passam a questionar a *eficiência energética* deste modelo, visto utilizar uma grande demanda de recursos naturais como gás natural, carvão, petróleo, etc, sendo alguns destes recursos não renováveis (HOBSBAWM, 1995; ALMEIDA, 2009).

Durante o desenvolvimentismo mal se notava um subproduto da explosão da industrialização: a deterioração ecológica e a poluição. Em verdade, estes fatos pouco chamaram a atenção, visto que a ideologia do progresso considerava que o avanço da humanidade incluía o domínio da natureza pelo homem. Os países capitalistas ricos foram responsáveis pela maior parte desta poluição, embora a industrialização suja dos países socialistas, baseada em ferro e fumaça, produzisse quase a mesma quantidade de dióxido de carbono que os EUA (HOBSBAWM, 1995).

De uma forma geral, “(...) um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos – associados usualmente à expressão globalização – veio a lume” (NAVARRO, 2001:12) juntamente com as mudanças que vão ocorrendo em âmbito global, o poder do Estado regulador cada vez mais esgotado, surgem cada vez mais manifestações da sociedade civil em diferentes formas de organizações, sejam através de ONGs, movimentos sociais, etc., as práticas antiecológicas começam a ser questionadas cada vez mais. No contexto brasileiro, este período remete ao processo de abertura política (redemocratização), da consolidação da participação da sociedade civil popular no contexto político (ONGs e movimentos sociais), a questão agrária, qual no desenvolvimentismo havia sido tratada pelos projetos ora de modernização no campo, ora de ocupação das terras de região de fronteira ou até mesmo pelo Estatuto da Terra⁴, reacende em um debate em que os trabalhadores do campo reocupam a cena pública com debates voltados para a mudança na estrutura agrária, quando, finalmente, no início da década de 90 esta se torna a bandeira de luta do MST (MEDEIROS, 1993). Conforme Bonente e Corrêa (2009), esse conjunto de alterações mundiais se devem em parte ao fato das propostas de industrialização e de crescimento econômico fracassarem e não proporcionarem a eliminação do “atraso” no Terceiro Mundo. É neste contexto de

⁴ Elaborado pelo Governo Militar (Lei 4504, 30/11/1964) concebido como espaço legal para a viabilização de transformações na estrutura agrária (Medeiros, 1993:7), principalmente com o objetivo de controlar os movimentos camponeses que se acentuaram durante o Governo João Goulart.

mudanças “(...) rápidas, inéditas e profundas” (NAVARRO, 2001:85) que novas dimensões sobre desenvolvimento são incorporadas ao debate, desqualificando-o de uma tônica estritamente econômica, começa-se, então, a pensar o desenvolvimento dentro de um leque de abordagens. A problemática ambiental passa a fazer parte da agenda das discussões, sobretudo após a publicação do Relatório Brundtland (1987), trazendo para o debate a noção de *desenvolvimento sustentável*. As novas abordagens passam a ser menos centradas na macroeconomia, apresentando uma perspectiva voltada para a importância do papel do ator, do território, das identidades, da participação social, e também no desenvolvimento local, entre outras.

Se por um lado o mundo estava entrando em um processo de emergência da sociedade civil, por outro as políticas liberais lideradas por Reagan e Thatcher se expandiram para todo o planeta iniciando um novo ciclo de predomínio neoclássico (ARBIX e ZILBOVICIUS, 2001), certamente firmando-se devido às autoridades internacionais como, por exemplo, o FMI, “(...) que procuraram associar qualquer desempenho econômico de ponta à existência de mercados competitivos, direitos contratuais e de propriedade protegidos, estabilidade macroeconômica e serviços públicos eficientes” (CLAGUE, 1997 *apud* ARBIX e ZILBOVICIUS, 2001:59). Para os neoclássicos as questões pertinentes ao desenvolvimento não estavam necessariamente esquecidas, apenas este passa a assumir um papel secundário. O desenvolvimento seria, então, obtido através de outros fatores, considerados mais importantes, como expansão da produção, economia de consumo, mercados competitivos, busca por mais eficiência, etc. (ARBIX e ZILBOVICIUS, 2001).

Desenvolvimento Sustentável

Se na “Era do ouro” a deterioração ecológica e a poluição aparecem como um subproduto da explosão da industrialização, não será nesta mesma época em que ocorrerá o debate a cerca desta problemática. O objetivo era alcançar o mais rápido possível o nível de vida dos países de capitalismo avançado, ou seja, o crescimento sem limites. É no então contexto da década de 70 que surgem as primeiras críticas a este modelo, começa-se a perceber que o “(...) sempre mais, não conduzia necessariamente a um sempre melhor” (RAYNAUT, 2006:6). Começa-se a perceber as consequências da

intensificação e aceleração do processo de produção associada ao consumo e gasto sem possível reposição de recursos naturais, considerados produtos sem valor no mercado, como a água e ar, degradadas por conta de atividades industriais e agrícolas; os solos e a vegetação, quando muitas atividades agropecuárias ou o desmatamento desenfreado são os principais responsáveis pelos processos de salinização de solos, alagamentos, assoreamentos, etc.

Iniciam-se então os primeiros questionamentos sobre como lidar com o fator limitador dos recursos não renováveis. Como lidar com este fator sem deixar de aumentar o crescimento? As primeiras tentativas de respostas essa questão vieram, por um lado, na crença que os avanços da ciência e da tecnologia iriam solucionar este problema, por outro, através de acontecimentos pontuais⁵ como o relatório dos Trabalhadores do Clube de Roma (1972-74) e a Conferência de Estocolmo (1972), quando o primeiro alertava sobre a impossibilidade de crescimento infinito com recursos finitos e a segunda com um caráter mais político discute o impacto internacional destes novos questionamentos, estabelecendo orientações para a relação homem-natureza (GUZMÁN, 2009; RAYNAUT, 2006).

É neste contexto que a noção de “eco-desenvolvimento”, que encerra as ideias de como o ser humano deveria manejar os recursos para sua sobrevivência e da importância de preservar o ecossistema para garantir uma melhoria de sua condição de vida e conseqüentemente a sua qualidade de vida, passa a circundar os meios políticos e acadêmicos.

Nos anos 80, no entanto, surge uma nova opção de como lidar com a crise ecológica deflagrada. Com a proposta de tornar compatíveis os “(...) níveis de consumo que satisfazem as necessidades de toda humanidade, dentro dos limites ecologicamente possíveis” (GUZMÁN, 2009:22), emerge oficialmente a noção e conceito de desenvolvimento sustentável. A expressão passa a ser oficializada a partir do Relatório Brudtland, documento preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, e o conceito desenvolvimento sustentável assume oficialmente o objetivo de “(...) responder as necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em responder às sua própria” (GUZMÁN, 2009; RAYNAUT, 2006). A noção

⁵ Pontuais no sentido de vir a público com datas marcadas, no entanto o debate já havia começado entre os especialistas durante os anos 50 (RAYNAUT, 2006).

de desenvolvimento sustentável encerra em si uma ideia, proposto para o mundo através dos organismos internacionais⁶, que nega a incompatibilidade entre crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente, ou seja, a expressão conserva a ideia que é possível crescer, atingir o progresso de uma forma ecologicamente sustentável, tornando obsoletas as advertências catastróficas associadas à ideia inicial de eco-desenvolvimento (RAYNAUT, 2006; VEIGA, 2006; NAREDO, 2001).

A expressão *desenvolvimento sustentável* é um termo ambíguo e vago, oferecendo uma diversidade de caminhos para poder alcançar o seu objetivo principal, que, por conseguinte, abre precedentes para distintas interpretações conforme convicções e interesses, algumas interpretações inclusive alternativas ao discurso oficial dos organismos internacionais (GUZMÁN, 2009; RAYNAUT, 2006). No entanto, conforme Naredo (2001), a expressão além de ter sido uma boa novidade, é justamente a sua “controlada dose de ambigüidade” que explica o sucesso do termo, visto que consegue contentar tanto os conservacionistas de um lado e de outro os desenvolvimentistas.

Ilusoriamente parecem ser poucos os conflitos em relação à definição de desenvolvimento sustentável e é *quase* um consenso que é necessário existir uma mudança de paradigma incorporando a importância do *desenvolvimento sustentável*. No entanto, o que está longe de ser um consenso são, afinal, quais as estratégias de mudanças? Quais os projetos a serem incorporados? Sustentável para quem, ou, ainda mais complexo de responder, sustentável à custa de quem?

Ainda que a proposta de desenvolvimento sustentável seja utilizada em parte para estabelecer uma zona de conforto para o mal-estar entre crescimento econômico e o meio ambiente, é certo que potencializou a discussão acerca da problemática ambiental, que atualmente está em uma proporção muito maior. Se no período logo posterior aos anos 50 os questionamentos acerca das questões ambientais giravam em torno da poluição das indústrias, contaminação da água e ar, no debate atual, outros elementos foram agregados à “agenda ambiental” como o aquecimento global, as biotecnologias, a produção de energias limpas, a produção de químicos tóxicos, movimentos migratórios, populações tradicionais, espécies nativas, etc.

⁶ Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional.

Dentre as distintas dimensões do desenvolvimento sustentável é possível perceber que existem agrupamentos de enfoques ora em um viés mais econômico, ora social ou ainda, ecológico.

No ponto de vista *ambientalista*, o desenvolvimento sustentável seria resultado de ações centradas na natureza, de nada valeria aumentar as riquezas ou dividi-las de forma mais justa se o planeta está ameaçado. Se possivelmente regiões do planeta poderiam ficar impossíveis de serem habitadas, haveria problemas sociais de refugiados do clima, aumento da fome, doenças, etc. Neste enfoque a sobrevivência do indivíduo acha-se condicionada à sustentabilidade do planeta em primeiro lugar. As intervenções sociais e econômicas são consideradas os meios necessários, neste modelo social em que vivemos, para limitar os danos causados à natureza, no entanto não estão no cerne da questão (RAYNAUT, 2006).

A ênfase da interpretação *social* da sustentabilidade está no ser humano, nem no crescimento econômico nem no privilégio dos meios naturais. O desenvolvimento sustentável deve atender a demanda básica das pessoas, sobretudo os mais pobres (KITAMURA, 1994 *apud* MORETTO; GIACCHINI, 2006), visto que justamente são as nações mais pobres na escala mundial e as categorias mais pobres dentro destes países que sentem os efeitos das piores condições ambientais, visto que muitas vezes vivem em lugares onde as terras são menos produtivas, muitas vezes com água poluída ou carecem de saneamento básico (RAYNAUT, 2006; PRESTON, 1992 *apud* MORETTO e GIACCHINI, 2006). Sem dúvida, uma das críticas mais efusivas desta 'ênfase' é ao modelo mundial imposto pelo liberalismo econômico, que favorece os países ricos, os quais a industrialização outrora os colocou em uma situação privilegiada, que dificilmente poderá ser atingida pelos países periféricos, mas que, no entanto, os custos sociais e ambientais do bem-estar dos países ricos são impostos aos países periféricos (CARVALHO, 1991 *apud* MORETTO e GIACCHINI, 2006; RAYNAUT, 2006; NAREDO, 2001).

Embora o enfoque social, sem sombra de dúvida, leve em consideração o contexto econômico, sobretudo por considerar que o desenvolvimento sustentável só pode ser atingido com as mudanças sociais atingidas a partir das mudanças econômicas, a ênfase de desenvolvimento sustentável apresentada neste parágrafo é referente aquela

dos defensores do modelo *econômico* que garante até os dias atuais a prosperidade dos países ricos. Conforme Raynaut (2006:9), nesta perspectiva a economia de livre mercado, “(...) mais ou menos regulada por intervenções públicas - conforme as versões – combinada com os avanços sem limite da ciência e da tecnologia permitirá resolver todos os problemas: conciliando proteção do meio ambiente e desenvolvimento”. A degradação ambiental poderá ser reduzida através de cálculos econômicos, a poluição é considerada uma externalidade negativa e pode ser resolvida através de taxaço (imposto poluidor). O mercado encontrará a solução, visto que por conta dos preços crescentes dos recursos não renováveis e mesmo das matérias-primas haverá uma necessidade por soluções (RAYNAUT, 2006; NAREDO, 2001). A *moda ecológica* que exige a redução da poluição, o tratamento do lixo, etc. conduzirá também a preservação do meio ambiente, visto que com estas exigências conduzirá a um padrão de consumo baseado baseados na *consciência ambiental*, surgindo então mercados favoráveis para as ecoindústrias e, parafraseando Naredo (2001:15), “ (...) así, han llegado a aparecer hasta automóviles y rascacielos “ecológicos”. Enfim, o desenvolvimento sustentável na perspectiva neoclássica é focado em uma prática que diminua o impacto das atividades econômicas.

2. Desenvolvimento sustentável e preservação dos biomas brasileiros

No bojo das discussões efervescentes sobre o meio ambiente a partir da década de 1980, diferentes temas passam a ser debatidos, não apenas ligados às questões de produção, mas também sobre a conservação e preservação da biodiversidade, focalizando assim o valor intrínseco da natureza, e não apenas o seu papel produtivo. No contexto brasileiro, o rápido processo de eliminação da biodiversidade - restam apenas 7% do tamanho original da Mata Atlântica e 17% da Amazônia já foi desmatada (MMA, 2006) - fez emergir um debate nacional (e em alguma escala internacional, sobretudo referente à Floresta Amazônica) materializando assim, diferentes programas governamentais de identificação, conservação e

preservação dos biomas brasileiros e de seus ecossistemas associados. Além de programas, diferentes legislações também passaram a regular e normatizar o uso e preservação destes ecossistemas, sobretudo no que se refere à produção agrícola, entre eles: a Lei Nº 4.771/1965 (Código Florestal Brasileiro), a Lei Nº 11.428/ 2006 (Bioma Mata Atlântica), Lei Nº 9.985/2000 (institui o SNUC) e o recente Código Florestal, Lei Nº 12.651/2012.

A Lei Nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelecendo Unidades de Uso Sustentável no território nacional com o objetivo principal de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, favorecendo assim a demanda no mercado por novos produtos da biodiversidade ligada ao uso sustentável dos biomas brasileiros.

Diferentes projetos e programas nacionais tem procurado revitalizar o uso de espécies nativas destes biomas para fins de comercialização, com o intuito de promover a conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas através do manejo sustentável das espécies nativas pelas populações tradicionais, agricultores familiares, extrativistas e qualquer outro grupo social que dependa ou possa gerar renda a partir deste produto.

Nesta concepção, a noção de desenvolvimento sustentável não está atribuída apenas aos efeitos ambientais das práticas produtivas sobre o ecossistema e a biodiversidade dos biomas, mas também com os efeitos sociais que estas práticas produtivas podem criar ou manter: em muitos casos, sendo extremamente concentradoras de terra e capital e socialmente excludentes.

2.1 O uso sustentável das espécies nativas: o caso da espécie nativa Butiá

A palmeira nativa do gênero butiá é uma espécie que ocorre apenas na América do Sul: no sul do Brasil (com poucas espécies no Centro-oeste e Sudeste), no Paraguai, Argentina e Uruguai. É caracterizado por estar presente em diferentes ambientes, desde campo aberto até vegetação de restinga, ou associados à mata de araucária – esta última existente no Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, é registrada a

ocorrência de diferentes espécies: *B. capitata*, *B. odorata*, *B. eriospatha*, *B. lallemantii* e *B. yatay* (CORRÊA, et. al, 2009).

Existem poucos registros históricos referentes à utilização desta espécie na alimentação de pessoas e/ou animais ou utilização como fonte de recursos, principalmente comercialização. O viajante europeu Saint-Hilaire ao atravessar a região do litoral do sul do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, descreve a presença destas palmeiras e também salienta a existência de uma localidade que recebia o seu nome em detrimento desta árvore: *Palmares*, hoje cidade conhecida como *Palmares do Sul*. Porém, Saint-Hilaire não descreve nenhuma forma de utilização da planta pelos moradores da região. Também existem referências do seu uso comercial para a produção de colchão entre as décadas de 1930 e 50, quando então suas folhas, chamadas de *crinas de butiá*, eram a matéria prima para forrar os colchões, substituídas pela então emergente produção de colchões de espuma (BONDAR, 1964 apud SOARES; LONGUI, 2011). Além disso, existem alguns poucos registros de currais de gado vacum datados do século XIX, construídos, ou melhor, delimitados pelos pés de butiás. Esta prática ocorreu principalmente na região do litoral sul do Brasil e litoral norte do Uruguai, havendo ainda remanescentes históricos destes currais (citação). Além disso, no Rio Grande do Sul existem diferentes remanescentes de butiazais (bosques de pés de butiás), nos quais foram identificadas espécies com mais de 300 anos, presentes principalmente em grandes propriedades rurais e possivelmente por estarem justo nestas propriedades é que pode ter ocorrido à preservação destes butiazais, possivelmente havia outras terras a serem cultivadas.

Atualmente a palmeira do gênero Butiá encontra-se em extinção no Sul do Brasil, pois muitos dos butiazais sofreram pressão das atividades agrícolas, como a pecuária e orizicultura, ainda que popularmente seja utilizado para a produção de cachaça, licores e geleias, e também paisagismo.



Figura 1: a) Remanescentes de butiazais, em propriedade particular de Tapes/RS. Fonte: BARBIERI, 2013.

Os estudos sobre a biologia floral é tema de diferentes pesquisadores tanto brasileiros quanto uruguaios, havendo ainda poucas informações e caracterizações do seu processo de reprodução, identificação de animais polinizadores e visitantes, caracterização morfológicos e também os processos de floração e frutificação, bem como os estudos sobre as relações ecológicas com o ecossistema no qual está inserido. Embora as pesquisas sejam ainda incipientes, diferentes resultados foram observados, podendo assim consolidar algumas informações para uma proposta de manejo sustentável. Neste sentido, é interessante salientar que no Uruguai as leis nacionais protegem esta espécie (não podendo haver o corte de nenhuma árvore) bem como as propostas de manejo sustentável também se encontram mais estruturadas, embora esta última nem sempre aplicada pelas populações rurais.



Figura 2: a) Extração do cacho de butiá.

Fonte: BARBIERI, 2013.

A proposta de *uso sustentável do butiá* na região Sul do Brasil, vai de encontro a proposição de um desenvolvimento sustentável onde a *natureza* vira *recurso*,

e sendo um recurso, passa a ser inserida no mercado. No Rio Grande do Sul, tocante ao butiá o mesmo passa a ser valorizado por ser uma espécie que só ocorre nesta região mas também porque existe um esforço em lhe atribuir um valor agregado, muito mais por seu valor nutricional e potencial produtivo do que na sua importância como uma espécie deste ecossistema no qual está inserido. Atualmente existem diferentes empresas buscando compreender as potencialidades de uso desta espécie pelos produtores do campo (não apenas agricultores familiares), realizando pesquisas para identificação do seu valor nutricional, do melhor período de retirada do fruto, da quantidade de cachos retirados em relação à quantidade de polpa, calculando assim a “produtividade”, ou seja, a rentabilidade da polpa em relação a hectares e/ou pés/cachos; e também identificando tipos e técnicas de produção de alimentos e produtos, como o artesanato com palha, etc. Interessante salientar que a inserção de frutas e outros produtos nativos no mercado não é uma prática exclusiva do sul do Brasil, tampouco com o Butiá, diferentes regiões do país têm estruturado pequenos mercados regionais ou locais baseados em algum produto regional. Como por exemplo, o capim dourado da região Norte do Brasil, utilizado para confecção de artesanatos pelas populações locais e que é produto comercializado nacionalmente através de um nicho de mercado.

Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável In: ALMEIDA, J.; Navarro, Z.(orgs.). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARBIX G. e ZILBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M. e ABRAMOVAY, R. (orgs). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Ed. UNESP/EDUSP, 2001.

BARBIERI, Rosa Lia. Conservação, uso e manejo sustentável de *Butia capitata* no Bioma Pampa. Embrapa Clima Temperado. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/221/_arquivos/conservacao_uso_manejo_butia_capitata_221.pdf>. Acesso em: 14 março 2013.

BONENTE, Biana I.; CORRÊA, Hugo F. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Ensaio FEE. Porto Alegre Vol. 30, Nº 1, p. 35-56, 2009.

CARVALHO, I. Ecologia, desenvolvimento sustentável e sociedade e sociedade civil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, V. 25, Nº 2, p. 240-270, 2000.

CLAGUE, C. Institutions and Economic Development: Growth and Governance in less-Developed and pos-Socialist Countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

COSTA, E. V. da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

FONSECA, Pedro C. D. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. Pesquisa & Debate. São Paulo, PUCSP, v. 15, n. 2(26), jul./dez. 2004, p.225-56.

GUZMÁN, Eduardo S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; Navarro, Z.(orgs.). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. Os Anos Dourados. In: **Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KITAMURA, Paulo C. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. [s.l.:s.n.]. 1994.

MORETTO ; GIACCHINI (2006) “Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável”. UPF, Texto para discussão nº 06/2006, 18 p.

Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

NAREDO, José M. “Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva”. Polis – Revista on-line de la Universidad Bolivariana, V. 1 Nº1, 2001.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 16, Nº 44, p. 83-100, 2001.

PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Ano 3, Nº.3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1949.

PRESTON, Lewis T. Redução da pobreza e proteção do meio ambiente: um chamado à nação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, V. 26, Nº 4, p. 5-9, out./dez.1992.

RAYNAUT, Claude. Atrás das Noções de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável: questionando algumas representações sociais. Conferência No Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE/UFPR, agosto de 2006. [mimeo.] 21p.

ROSTOW, W.W. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifest.** Cambridg: Cambridg University, 1960.

SERVOLO DE MEDEIROS, L. (1993) “Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões” [mimeo.], 54 p.

SOARES, Kelen Pureza; LONGHI, Solon Jonas. Uma nova espécie de *Butia* (Becc.) Becc. (Arecaceae) para o Rio Grande do Sul. **Ciência Florestal**. Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 203-208, abr.-jun., 2011.

VEIGA, J. Eli da. Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.